

A imprensa colonial

O pecado do livro

Coincidência interessante fez do aparecimento do Brasil na História e do da imprensa acontecimentos da mesma época, só nisso aproximados, porque a arte de multiplicar os textos acompanhou de perto, e serviu, a ascensão burguesa, enquanto a nova terra, integrada no mundo conhecido, iniciava a sua existência com o escravismo. Se o impulso que deu aos portugueses o mérito de ocupar o Brasil estava ligado à expansão do capital comercial, foi ele responsável também pelo surto da arte gráfica na metrópole. Cedo cessou, porém, quando lhe faltaram as condições, com o deslocamento daquele capital para outras áreas, expulso pela vitória feudal no reino. Instalou-se, impedindo a continuação daquela arte, a violência da Inquisição; mais de trinta mil portugueses vitimou ela — a fina flor da intelectualidade e muitos dos homens de pecúnia. De sorte que o livro, e a técnica de fazê-lo, assumiram ali, pouco depois do início da existência histórica brasileira, o aspecto herético que atraía maldição e condenações.

Estavam, em Portugal, sujeitos os livros a três censuras: a episcopal, ou do Ordinário, a da Inquisição, e a Régia, exercida pelo Desembargo do Paço, desde 1576, cuja superioridade firmava-se nas Ordenações Filipinas, que proibiam a impressão de qualquer obra “sem primeiro ser vista e